

A educação inclusiva na formação inicial docente: análise dos projetos pedagógicos de curso de licenciaturas

Katarine Lapuente Souza¹
Ana Carolina da Rosa Machado²
Juliana Brandão Machado³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os projetos pedagógicos de cursos de licenciaturas presenciais do Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa, no que se refere à temática da educação inclusiva. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo documental, e foi realizado a partir de dois procedimentos. Inicialmente, busca por descritores relevantes para a pesquisa e, em seguida, analisa os componentes curriculares. Partindo dos referenciais teóricos dos estudos sobre deficiência, a análise foi desenvolvida compreendendo a deficiência como uma categoria social. Como conclusões, identificou que não há nos documentos analisados um aprofundamento no que se refere à inclusão.

Palavras-Chave: Formação inicial docente; Licenciaturas; Projeto Pedagógico de Curso; Educação Inclusiva.

1. Introdução

Compreendendo a inclusão como uma questão de justiça social, promotora de equidade educacional, na qual a diversidade é um elemento potencializador das relações e processos educacionais, não estando restrita apenas a estudantes com deficiência, e contemplando e valorizando todos os tipos de diversidade (VALLE; CONNOR, 2014), percebemos a necessidade das questões que envolvem a educação inclusiva estarem presentes na formação inicial de todos os docentes, não se restringindo a uma formação específica para aqueles que atuam na educação especial.

Diante disso, surge o seguinte questionamento: os currículos dos cursos de licenciatura contemplam as questões referentes à educação inclusiva de pessoas com deficiência? Partindo dessa questão, o presente estudo tem o objetivo de analisar os projetos pedagógicos de curso das licenciaturas presenciais do Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa, a fim de identificar a presença de temas relacionados à educação inclusiva de pessoas com deficiência na formação inicial docente.

A escolha pelos cursos presenciais tem o intuito de situar a investigação na microrregião Jaguarão, na qual está localizado o campus em que são ofertados os cursos de

¹ Mestranda em Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil; lapuentekat@gmail.com

² Mestranda em Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil; ana.1991.carol@gmail.com

³ Doutora em Educação; Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil; julianamachado@unipampa.edu.br

licenciaturas analisados. Essa microrregião faz parte da mesorregião sudeste do estado do Rio Grande do Sul e é composta pelos municípios de Arroio Grande, Herval e Jaguarão (DEE, 2019).

Em relação à educação de pessoas com deficiência incluídas na Educação Básica, no município de Arroio Grande, dos 2.740 alunos matriculados nas redes municipal e estadual, 338 são alunos com deficiência. No município de Herval, do total de 1.294 alunos, 61 são alunos com deficiência e em Jaguarão, dos 4.219 alunos, 149 são alunos com deficiência (BRASIL, 2023).

Estes dados evidenciam que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas desta microrregião representa uma demanda concreta e a formação de professores precisa estar de acordo com essa realidade. Sendo assim, para realizar esta pesquisa, iniciaremos com uma discussão teórica sobre a temática da inclusão e da formação inicial docente. Em seguida, apresentaremos os procedimentos metodológicos e análises realizadas e concluímos com a apresentação dos resultados e considerações.

2. Reflexões Teóricas

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta o conceito da seguinte forma:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.5).

Essa concepção está alinhada às definições teóricas do campo dos Estudos Sobre Deficiência na Educação. Esse campo tem o objetivo de trazer para o âmbito educacional a compreensão da deficiência a partir do modelo social (VALLE; CONNOR, 2014).

O modelo social compreende a deficiência como uma experiência de opressão. Esse modelo, que se opõe ao modelo médico, leva em consideração o contexto social, deixando de ter seu foco na deficiência, voltando-se ao contexto social. Dessa forma, a deficiência deixa de ser vista como um déficit e passa a ser pensada como outras categorias sociais, tais como raça, classe e gênero (DINIZ, 2007).

Uma grande contribuição do modelo social é que, ao compreender a deficiência como uma categoria social, permitiu que a opressão vivenciada por essa minoria fosse percebida e nomeada.

Os autores vinculados ao campo dos estudos da deficiência, buscando uma analogia às formas de discriminação já nominadas na sociedade ocidental, como o racismo e o sexismo, propuseram o termo *ableism* para se referir à discriminação por motivo de deficiência. Esse termo foi traduzido no Brasil como *capacitismo*. (GESSER, 2020, p.99).

Essas formas de opressão também estão presentes nas trajetórias escolares de estudantes com deficiência, pois na escola o *capacitismo* estrutural ainda está presente, já que “O *capacitismo* naturaliza processos de exclusão no contexto escolar, à medida que localiza as dificuldades de aprendizagem e permanência escolar/acadêmica no sujeito” (GESSER, 2020, p.99).

Portanto, é necessário que a educação inclusiva assuma um caráter *anticapacitista*, pois:

[...] o campo da Educação poderia e deveria ser uma das ferramentas emancipatórias que atuariam diretamente nesse processo. Compreende-se então, a importância dos sistemas de ensino considerarem a dignidade humana e justiça social como modo de confrontar o *capacitismo* internalizado e desmascarar a presunção a priori que existe de capacidade compulsória. (LIMA; FERREIRA; LOPES, 2020, p.173-174).

Nessa perspectiva, a educação inclusiva é aquela em que, no sistema educacional, são eliminados os obstáculos que impossibilitam o acesso ao conhecimento, possibilitando a inclusão de todos os estudantes a partir do reconhecimento e valorização da diversidade e do combate à discriminação (GESSER, 2020). Em síntese, a inclusão é: “[...] um modelo de democracia em funcionamento que tem relevância para todos nós” (VALLE; CONNOR, 2014, p.84).

No que diz respeito à formação de professores que atuam na educação inclusiva, compreendemos que o

[...] desenvolvimento profissional parece, nos tempos atuais, configurar-se com condições que vão além das competências operativas e técnicas associadas ao seu trabalho no ensino, tornando-se uma integração de modos de agir e pensar, implicando um saber que inclui a mobilização não só de conhecimentos e métodos de trabalho, como também de intenções, valores individuais e grupais, da cultura da escola; inclui confrontar ideias, crenças, práticas, rotinas, objetivos e papéis, no contexto do agir cotidiano, com as crianças e jovens, com os colegas, com os gestores, na busca de melhor formar os alunos, e a si mesmos (GATTI, 2014, p.43)

Dessa forma, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), e da inclusão dos estudantes com deficiência nas classes regulares, tornou-se indispensável que todos os professores, não apenas aqueles que atuam na educação especial, tenham esse tema contemplado em sua formação, a fim, de confrontar crenças, ideias e valores *capacitistas* e promover a inclusão de estudantes com deficiência.

Apesar de não ser apenas durante a formação inicial que professores se desenvolvem como profissionais, mas também em sua prática no trabalho em sala de aula, é necessário que o currículo das licenciaturas esteja de acordo com as demandas da Educação Básica (GATTI, 2014). Dessa forma, utilizamos os projetos pedagógicos de curso, pois são:

o documento que expressa as concepções centrais para a profissionalização docente, e orienta as ações formativas. Neste sentido, considera-se necessário que este currículo seja representativo das demandas contemporâneas, e possa convergir para a produção de conhecimento alinhada a esse cenário (MACHADO; BRANDÃO, 2020, p.9)

Por isso, optamos pela análise desses documentos, para investigar a formação inicial docente no que se refere à temática da educação inclusiva de pessoas com deficiência, por ser uma demanda atual e deve estar presente nos cursos de licenciatura.

3. Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, do tipo documental (SEVERINO, 2017), em que foram analisados os projetos pedagógicos de curso dos seguintes cursos de licenciatura: Espanhol e Literatura Hispânica (2022), História (2019), Pedagogia (2016), Português, Espanhol e respectivas literaturas (2010), Português e Literaturas de Língua Portuguesa (2022).

O acesso aos documentos se deu através dos *websites* dos cursos, pois todos os projetos pedagógicos de curso estão disponíveis no repositório digital da instituição. O primeiro procedimento adotado foi a busca pelos descritores anteriormente definidos como relevantes para a pesquisa: “educação especial”, “educação inclusiva”, “pessoa com deficiência” e “tecnologia assistiva”. Dessa forma, foram destacadas as seções dos documentos em que estavam presentes os descritores e analisados o contexto a que se referiam.

Em seguida, foram analisadas as seções “Contextualização e perfil do curso” e “Perfil do egresso”, nas quais, buscamos identificar elementos que colocassem a atuação na perspectiva da educação inclusiva como um dos objetivos do curso.

Posteriormente, foram analisadas as seções “Matriz curricular” e “Ementário”. A partir da leitura dessas seções buscamos identificar a presença de componentes curriculares voltados diretamente à temática, assim como, aqueles em que a temática é, de alguma forma, abordada.

4. Resultados

A partir da busca pelos descritores, identificamos as seções em que estavam presentes, como demonstramos na Tabela 1. Após identificar que os termos tratam, em sua maioria, da

inclusão de estudantes com deficiência matriculados no curso de licenciatura, ou seja, referem-se à inclusão de estudantes universitários com deficiência, selecionamos as seções “Contextualização e perfil do curso” e “Perfil do egresso” para serem analisadas, pois nesses itens, encontramos a presença dos termos se refere à ações formativas.

Tabela 1 - Presença ou ausência dos descritores nos PPC

Curso	Descritores			
	Educação Especial	Educação Inclusiva	Pessoa com deficiência	Tecnologia Assistiva
Espanhol e Literatura Hispânica	- Pressupostos Legais e normativos - Recursos	- Contextualização e perfil do Curso	- Pressupostos legais e normativos - Formas de ingresso - Metodologias de ensino e avaliação	- Formas de ingresso - Metodologias de ensino e avaliação
História	- Pressupostos Legais e normativos - Corpo Discente - Avaliação - Matriz Curricular	- Corpo Discente	- Pressupostos Legais e normativos - Avaliação	-
Pedagogia	- Contextualização - Matriz Curricular - Ementário - Recursos	- Ementário	- Contextualização - Avaliação	-
Português, Espanhol e Respectivas Literaturas	- Caracterizações das disciplinas	-	-	-
Português e Literaturas de Língua Portuguesa	- Pressupostos Legais e normativos	- Contextualização e perfil do Curso	- Pressupostos legais e normativos - Formas de ingresso - Metodologias de ensino e avaliação - Recursos	- Formas de ingresso - Metodologias de ensino e avaliação

Fonte: Autoria própria

No item “Contextualização e perfil do curso” do PPC de Espanhol e Literatura Hispânica, o termo educação inclusiva aparece no seguinte contexto:

[...] trabalhando temas transversais, pelo viés da inclusão, sobre a diversidade de toda e qualquer natureza (étnico-racial, de gênero, sexual, ambiental/ecológica, sócio

e intercultural, dentre outras). E o componente LIBRAS, que se soma às orientações legais de *educação inclusiva* (UNIPAMPA, 2022a, p.41, grifo nosso).

Esse mesmo excerto também consta no PPC do curso de Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UNIPAMPA, 2022b). Percebemos que, apesar da temática da inclusão ser apresentada como um viés transversal e referir-se a suas diversas formas, quando os exemplos de diversidade são citados, não há menção à deficiência. Podemos inferir que a deficiência esteja contemplada em “dentre outras”, porém, é necessário problematizar o caráter secundário que a deficiência assume. Uma explicação para essa prática é que “Por ser considerada pela maior parte da comunidade acadêmica uma temática muito específica e distante, a deficiência ainda é um tema periférico nas Ciências Humanas e Sociais [...]” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p.635)

Ainda no item “Contextualização e perfil do curso” no PPC dos cursos de Espanhol e Literatura Hispânica e Português e Literaturas de Língua Portuguesa, consta a seguinte afirmação: “O Curso que ora propomos tem como principal foco a formação de professores [...] para atuarem na Educação Básica, nas séries do Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos) e no Ensino Médio, como também nas diferentes *modalidades de ensino*” (UNIPAMPA, 2022a, p.40; UNIPAMPA, 2022b, p.38 grifo nosso).

Nos PPC destes mesmos cursos, na seção “Perfil do egresso” consta como habilidades e competências esperadas do egresso: “empregar métodos e técnicas pedagógicas que permitam a adequação dos conhecimentos para os diferentes níveis e *modalidades de ensino* da Educação Básica” (UNIPAMPA, 2022a, p.50-51; UNIPAMPA, 2022b, p.47, grifo nosso).

Essas menções às modalidades de ensino contemplam a educação de alunos com deficiência à medida em que a educação especial é definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Na seção “Perfil do egresso”, no PPC dos três cursos de Letras (UNIPAMPA, 2010; 2022a; 2022b), dentre as competências e habilidades esperadas do egresso consta também o objetivo de que o egresso esteja familiarizado com a língua brasileira de sinais. Este é o único elemento que se refere ao perfil do futuro docente, entre os cinco documentos analisados, voltado, especificamente, à educação de pessoas com deficiência, nesse caso, aos estudantes surdos.

A partir da leitura das seções “Ementário” e “Matriz curricular”, buscamos identificar componentes curriculares voltados diretamente à temática (Tabela 2) e componentes curriculares que abordam o tema, mesmo que indiretamente (Tabela 3).

Tabela 2 - Componentes curriculares diretamente relacionados à temática.

Curso	Nome do Componente Curricular	Tipo de oferta
Espanhol e Literatura Hispânica	LIBRAS	Obrigatória
	Literatura e Cultura Surda	Complementar
	LIBRAS II	Complementar
História	LIBRAS	Obrigatória
Pedagogia	LIBRAS	Obrigatória
	Educação Especial e Inclusão	Obrigatória
Português Espanhol e respectivas literaturas	LIBRAS	Obrigatória
	Educação Especial e Inclusão	Complementar
Português e Literaturas de Língua Portuguesa	LIBRAS	Obrigatória
	LIBRAS II	Complementar

Fonte: Autoria própria

Conforme apresentado na Tabela 2, “LIBRAS” é o único componente curricular obrigatório presente em todos os cursos. Isso ocorre em razão da obrigatoriedade desta oferta, através do Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002) e torna o ensino desta língua uma componente curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, e componente curricular optativo nos demais cursos de graduação (BRASIL, 2005).

O componente curricular complementar “LIBRAS II” presente nos cursos de Espanhol e Literatura Hispânica e Português e Literaturas de Língua Portuguesa, objetiva “Desenvolver as habilidades de recepção e produção sinalizada, visando as competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais, em nível intermediário” (UNIPAMPA, 2022a, p.139; UNIPAMPA, 2022b, p.146).

No curso de Espanhol e Literatura Hispânica há, com caráter complementar, o componente curricular “Literatura e cultura surda” que tem como objetivo “Conhecer a

Literatura Surda e aprofundar o conhecimento sobre a Cultura Surda” (UNIPAMPA, 2022a, p.140). Além disso, conforme consta na ementa, aborda:

Aspectos da cultura surda, como a produção de textos literários em sinais e sua circulação. A produção de histórias, poemas, piadas, contos, fábulas, clássicos e outras informações, através da Língua de Sinais, passados de geração em geração, como marcadores de uma cultura que compartilha informações de forma visual. O uso das tecnologias e das mídias como facilitadoras do processo de inclusão social das pessoas surdas (UNIPAMPA, 2022a, p.140).

Apesar de a legislação tornar obrigatório apenas a oferta de um componente curricular de língua brasileira de sinais, é necessário repensar se, apenas um componente curricular de forma isolada, é suficiente para que os estudantes de licenciaturas se apropriem dos conhecimentos de uma língua e dos processos de ensino e de aprendizagem específicos de estudantes surdos. Em razão disso, a presença dos componentes curriculares “LIBRAS II” e “Literatura e cultura surda”, apesar de terem oferta complementar, representa um importante movimento em direção à inclusão de alunos surdos.

O componente curricular “Educação Especial e Inclusão” é obrigatória apenas no curso de Pedagogia e no curso de Português, Espanhol e respectivas Literaturas, consta como componente curricular complementar de graduação que pode ser cursada pelos estudantes se ofertada por outros cursos do campus (UNIPAMPA, 2010). No PPC do curso de Pedagogia, o componente curricular tem como objetivo “Estudar os aspectos ético-político-educacionais concernentes à educação especial, avaliando criticamente as teorias e posturas pedagógicas que poderão servir como base para a implementação de uma educação inclusiva nas escolas de educação básica” (UNIPAMPA, 2016, p.96).

Considerando o que está expresso nesse objetivo e compreendendo que a promoção da educação inclusiva não é papel somente de pedagogos, mas, de todos os licenciados, torna-se evidente que apenas um dos cursos ter o componente curricular em sua matriz curricular é alarmante. A ausência desse componente curricular, ou de semelhantes a esse, nas demais licenciaturas representa uma lacuna na formação inicial de professores, pois, não prepara o estudante de licenciatura para a realidade que encontrará na escola inclusiva (ALMEIDA, 2005).

Além dos componentes curriculares, obrigatórios e complementares, diretamente relacionados à temática da inclusão (LIBRAS, LIBRAS II, Educação especial e inclusão e Literatura e cultura surda), a partir da leitura dos ementários, foi possível identificar componentes curriculares que abordam temáticas relacionadas à inclusão, mesmo não sendo seu tema central (Tabela 3).

Tabela 3 - Componentes curriculares que abordam a temática.

Curso	Nome do Componente Curricular	Tipo de oferta
Espanhol e Literatura Hispânica	Políticas Públicas em Educação	Obrigatória
História	Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicadas ao Ensino	Complementar
Português Espanhol e respectivas literaturas	Políticas Públicas em Educação	Obrigatória
	Organização do Trabalho Pedagógico	Obrigatória
Português e Literaturas de Língua Portuguesa	Políticas Públicas em Educação	Obrigatória

Fonte: Autoria própria

O componente curricular “Políticas Públicas em Educação” é obrigatório em todas as licenciaturas pesquisadas, porém, analisando a ementa do componente curricular de cada um dos cursos, identificamos que, somente, em três destes, podemos inferir que a temática da educação de pessoas com deficiência é abordada e apenas em um essa abordagem está expressa no documento.

Nos cursos Espanhol e Literatura Hispânica e Português e Literaturas de Língua Portuguesa, entre os objetivos específicos do componente curricular estão: “Problematizar a construção da cidadania e as *políticas de inclusão*; [...] Caracterizar os diferentes níveis e *modalidades de ensino*;” (UNIPAMPA, 2022a, p.97; UNIPAMPA, 2022b, p.98, grifo nosso). Diante disso, podemos apreender que a menção à ‘construção da cidadania e as políticas de inclusão’ refere-se às diferentes minorias sociais, contemplando as pessoas com deficiência. E ao tratar das modalidades de ensino, contempla a modalidade da educação especial.

Mas é somente na ementa do componente curricular do curso de Português, Espanhol e respectivas Literaturas que a presença da temática está especificamente expressa. No item referente aos conteúdos trabalhados no componente curricular estão presentes:

4. Perspectivas das Políticas educacionais Brasileiras: construção da cidadania e *políticas de inclusão*.
5. A estrutura didática da educação escolar. Os níveis e *modalidade de ensino*: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e *Educação Especial*.
- [...] 6.2 *Educação Especial*. Objetivos. Concepção de atendimento, características e inclusão. (UNIPAMPA, 2010, p.41, grifo nosso).

Nesta ementa, ficam expressos os temas que serão debatidos. Como nos outros dois PPC apresentados anteriormente, contempla as políticas de inclusão e modalidades de ensino,

mas vai além, anuncia que, dentre as modalidades de ensino será discutida a educação especial. Em seguida, indica que elementos referentes à educação especial serão abordados.

Essas diferenças que a ementa de um mesmo componente curricular assume de um curso para outro, nos remete a uma problemática:

Defendemos a necessidade de os cursos de formação de professores discutirem nas diferentes disciplinas de sua matriz curricular a questão da inclusão escolar, em suas diferentes dimensões - respeitando a singularidade de cada conteúdo curricular -, com vista a formar um profissional consciente e preparado para a atuação na perspectiva da educação inclusiva. Todavia, sabemos que o oferecimento de disciplinas específicas relacionadas à Educação Especial na matriz curricular obrigatória é, muitas vezes, a única garantia de que o licenciando terá contato efetivo com esta área do saber. (DEIMLING, 2013, p.247).

Dessa forma, existem dois importantes movimentos no sentido de tornar as matrizes curriculares condizentes com a realidade da educação inclusiva. É fundamental que existam componentes curriculares obrigatórios voltadas ao tema, para garantir que todos os estudantes tenham acesso a essa temática. Porém, é necessário também que, nos cursos de formação de professores, as temáticas relacionadas à educação de pessoas com deficiência não estejam isoladas em componentes curriculares específicos e assumam um caráter transversal desafiando o padrão normativo presente nos componentes curriculares (MACHADO, BÖCK, MELLO, 2022).

Nos documentos analisados, apenas dois componentes curriculares se diferenciam do padrão e contemplam a temática da inclusão, sem que este seja o tema central do componente curricular, de forma que a temática da inclusão assume um caráter transversal: “Organização do trabalho pedagógico”, componente curricular obrigatório do curso de Português, Espanhol e Respectivas Literaturas e “Tecnologia da informação e da comunicação aplicadas ao ensino”, componente de caráter complementar do curso de História.

Conforme consta na ementa do componente curricular “Organização do trabalho pedagógico”,

Discute e analisa as concepções de planejamento e avaliação da prática pedagógica, sua relação com os níveis e conteúdos de ensino e a articulação com o Projeto Pedagógico, a organização administrativa e pedagógica da escola básica e do currículo como artefato social, cultural e histórico, *na perspectiva da inclusão*. (UNIPAMPA, 2010, p.47, grifo nosso).

A forma como a perspectiva inclusiva é contemplada na ementa deste componente curricular vai ao encontro do que temos defendido como o ideal, pois a temática

assume um caráter transversal, tendo a perspectiva inclusiva presente na discussão de elementos importantes como Projeto Pedagógico, organização administrativa e currículo.

No componente curricular “Tecnologia da informação e da comunicação aplicadas ao ensino” apresenta como objetivos:

Estudar os processos pedagógicos das tecnologias digitais e suas implicações/relações no que diz respeito ao ensino e aprendizagem escolar. Instrumentalizar os alunos no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação. Provocar a produção de materiais educacionais digitais, observando o *critério de acessibilidade (design universal)*. (UNIPAMPA, 2019, p.171, grifo nosso)

Neste componente curricular, as questões inclusivas também assumem um caráter transversal, pois fica expresso, na apresentação dos objetivos, que os materiais educacionais digitais que serão produzidos no contexto do componente curricular serão acessíveis a partir do *design universal*.

O desenho universal é definido na Lei Brasileira de Inclusão como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015). A presença de um componente curricular que visa pensar materiais educacionais digitais concebidos a partir do desenho universal contribui para que o futuro professor promova práticas educacionais inclusivas.

A partir da leitura dos ementários, identificamos que os currículos dos cinco cursos analisados abordam as temáticas da educação inclusiva de pessoas com deficiência de forma isolada em componentes curriculares específicos, sendo apenas um obrigatório a todos os cursos, os demais são componentes curriculares de caráter complementar. Além disso, apenas dois outros componentes curriculares abordam a temática de forma transversal.

A ausência de uma discussão mais densa sobre a temática da inclusão nos Projetos Pedagógicos de Curso das licenciaturas têm inúmeras consequências, tanto para os estudantes com deficiência, quanto para os professores, por isso, para que haja uma educação inclusiva de qualidade, é necessário que essas questões estejam presentes nos PPC dos cursos de licenciatura.

A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva pode ser favorecida se a Proposta Pedagógica do curso contemplar, nos princípios que a norteiam, a preocupação com uma formação docente para a educação inclusiva, apresentando objetivos que visem à efetivação dessa formação. [...] É a partir do Projeto Político-Pedagógico elaborado pelo conselho do curso e aprovado por órgãos superiores da instituição, que os professores constroem seus planos de ensino. Assim, para o oferecimento de um curso que busque formar professores, também, para a atuação em um sistema educacional inclusivo, é importante que a Proposta Pedagógica desse

curso presente, nos princípios que a norteiam, essa preocupação. (DEIMLING, 2013, p.247).

Não percebemos, a partir do que está expresso nos PPC analisados, que os cursos de licenciaturas apresentem essa preocupação, de formar professores capacitados para atuar em escolas inclusivas, pois, mesmo que existam alguns movimentos no sentido de aprofundar a temática, isso ocorre de forma pontual e isolada, não representando um aprofundamento na temática.

3. Conclusões

A partir da pesquisa documental, de cunho qualitativo, realizamos a análise dos projetos pedagógicos de curso das licenciaturas presenciais do Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa. Tendo como pressupostos teóricos os estudos sobre deficiência na educação, identificamos que os currículos dos cursos de licenciatura analisados não estão de acordo com a realidade educacional da microrregião em que o campus está situado, uma vez que, não há elementos suficientes que expressam em seus projetos pedagógicos de curso, um aprofundamento teórico e prático nas questões referentes à inclusão.

A investigação evidenciou que apesar de a temática da inclusão estar presente nas intencionalidades dos cursos, como pode ser visto na análise das seções “Contexto e perfil de curso” e “Perfil do egresso”, a análise das seções “Matriz curricular” e “Ementário” demonstra que esse objetivo não se concretiza, pois não há, nos componentes curriculares, elementos que aprofundem a discussão sobre a educação de estudantes com deficiência.

O que pode ser identificado, a partir do que estava expresso nos documentos analisados, foi, de um lado, componentes curriculares diretamente relacionados à temática, que abordam o tema de forma isolada e, de outro, experiências pontuais em que a temática é abordada em componentes curriculares voltados a outras temáticas. Percebemos também que é pequeno o número de componentes curriculares obrigatórios, diretamente ligados ou que, de alguma forma, contemplem a temática.

Esta investigação não se encerra aqui, pelo contrário, os resultados evidenciam que o tema da educação inclusiva na formação de professores demanda muitas pesquisas e debates a fim de aproximar a formação inicial docente da realidade escolar inclusiva e garantir que a escola seja um espaço democrático, inclusivo e anticapacitista.

Referências

- ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel. A educação especial nos cursos de licenciatura das universidades de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2005. 166p. *Dissertação (Mestrado)*. Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7798-a-educacao-especial-nos-cursos-de-licenciatura-nas-universidades-de-mato-grosso-do-sul.pdf> Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 05 abr. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 05 abr. 2023.
- BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 5 abr. 2023
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: **Resultados Finais (redes estaduais e municipais) – DOU Anexo II | Censo Escolar 2022**. Brasília, 2023c. Disponível em: Acesso em 5 abr. 2023.
- DEIMLING, Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. *Educação Unisinos*, n.3, v.17, p. 238-249, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.173.08> Acesso em 05 abr. 2023
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (Rio Grande do Sul). DEEDADOS. Porto Alegre: DEE, 2019. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/> Acesso em: 19 mar 2023.
- DINIZ, Debora. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense, 2007.
- GATTI, Bernardete. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. *Revista USP*, n. 100, p. 33-46, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164/79909> Acesso em: 05 abr 2023

GESSER, Marivete. Por uma educação anticapacitista: contribuição dos estudos da deficiência para a promoção de processos educativos inclusivos na escola. In.: OLTRAMARI, Leandro Castro; FEITOSA, Ligia Rocha Cavalcante; GESSER, Marivete. Psicologia escolar e educacional: processos educacionais e debates contemporâneos. Florianópolis: *Edições do Bosque UFSC/CFH*, 2020, p. 94-113. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/217611/Psicologia%20Escolar%20Educacional%20PDFa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 mar. 2023.

LIMA, Eloisa Barcellos de; FERREIRA, Simone de Mamann; LOPES, Paula Helena. Influências da eugenia na legislação educacional brasileira: as produções capacitistas na educação especial. In.: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, 2020, p.165-188. Disponível em:

https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/14609_livro-estudos-sobre-deficiencia-2020.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

MACHADO, Rosângela; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MELLO, Anahí Guedes de. A escolarização das pessoas com deficiência no Brasil: educação inclusiva e produção dos sentidos. In: SILVA, Solange Cristina; BECHE, Rose Clér Estivalet; COSTA, Laureane Marília de Lima. *Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado*. Florianópolis: UDESC, 2022. p.146-169

MACHADO, Juliana Brandão; BRANDÃO, Grazielle de Souza. *Formação inicial docente: análise de projetos pedagógicos de curso e suas relações com as tecnologias digitais*. Renote. Revista novas tecnologias na educação, v. 18, p. 1-10, 2020. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/106011>. Acesso em 24 nov 2022.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, p. 635-655. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVTtQDLxr7Q4H/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 abr. 2023

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Letras Português Espanhol e Respectives Literaturas. Jaguarão: UNIPAMPA, 2010.

Disponível em:

https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/123/1/PPC_Letras_Port%20Espanhol_Jaguar%203%a3o.pdf Acesso em: 10 dez. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia. Jaguarão: UNIPAMPA, 2016. Disponível em:

https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/125/4/PPC_Pedagogia_Jaguar%203%a3o.pdf

Acesso em: 10 dez. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em História. Jaguarão: UNIPAMPA, 2019. Disponível em:

https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/122/6/PPC_Hist%203%b3ria_Jaguar%203%a3o.pdf Acesso em: 10 dez. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica. Jaguarão: UNIPAMPA, 2022a. Disponível em: https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/bitstream/riu/4912/4/PPC_Letras_Espanhol_e_Literatura_Hispanica_nov2022.pdf Acesso em: 10 dez. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Jaguarão: UNIPAMPA, 2022b. Disponível em: https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4914/4/PPC_Letras%20Portugu%3%aas%20e%20Literaturas%20de%20L%3%adngua%20Portuguesa. Acesso em: 10 dez 2022

VALLE, J. W. & CONNOR, D. J. *Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas*. Porto Alegre: AMGH, 2014.

La educación inclusiva en la formación inicial docente: análisis de proyectos pedagógicos para cursos de pregrado

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar los proyectos pedagógicos de los cursos presenciales de graduación del Campus Jaguarão de la Universidad Federal de Pampa, en lo que respecta al tema de la educación inclusiva. El estudio se caracteriza como una investigación cualitativa, de tipo documental, y se realizó a partir de dos procedimientos, inicialmente, búsqueda de descriptores relevantes para la investigación y luego, análisis de los componentes curriculares. Partiendo de los referentes teóricos de los estudios sobre discapacidad, se desarrolló el análisis entendiendo la discapacidad como una categoría social. Como conclusiones identificó que no existe una profundización en los documentos analizados en cuanto a la inclusión.

Palabras clave: Formación inicial docente, Grados; Curso Proyecto Pedagógico; Educación inclusiva.

L'éducation inclusive dans la formation initiale des enseignants: analyse de projets pédagogiques pour des cours de premier cycle

Résumé

L'objectif de ce travail est d'analyser les projets pédagogiques des cours de premier cycle en personne du campus Jaguarão de l'Université fédérale de Pampa, en ce qui concerne le thème de l'éducation inclusive. L'étude se caractérise comme une recherche qualitative, de type documentaire, et a été réalisée à partir de deux procédures, d'abord, la recherche de descripteurs pertinents pour la recherche et ensuite, l'analyse des composantes curriculaires. À partir des références théoriques des études sur le handicap, l'analyse a été développée en comprenant le handicap comme une catégorie sociale. Comme conclusions, il a identifié qu'il n'y a pas d'approfondissement dans les documents analysés en ce qui concerne l'inclusion.

Mots clés: Formation initiale des enseignants, Diplômes; Projet pédagogique du cours; Éducation inclusive.

Inclusive education in initial teacher training: analysis of pedagogical projects for undergraduate courses

Abstract

The objective of this work is to analyze the pedagogical projects of the in-person undergraduate courses at the Jaguarão Campus of the Federal University of Pampa, with regard to the theme of inclusive education. The study is characterized as a qualitative research, of the documentary type, and was carried out from two procedures, initially, search for relevant descriptors for the research and then, analysis of the curricular components. Starting from the theoretical references of studies on disability, the analysis was developed understanding disability as a social category. As conclusions, it identified that there is no deepening in the documents analyzed with regard to inclusion.

Keywords: Initial teacher education, Degrees; Course Pedagogical Project; Inclusive education.